

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Relatório Final da Pesquisa

**Empresas e Ditadura: O Caso Cobrasma na
Repressão ao Movimento de Trabalhadores em Osasco**

Pesquisadores responsáveis

Murilo Leal Pereira Neto

Claudia Moraes de Souza

OSASCO

2023

1.História da Companhia Brasileira de Material Ferroviário (Cobrasma)

1.1.A evolução da empresa (1964-1985)

A Cobrasma foi criada em 1944, sob a vigência do regime ditatorial do Estado Novo, sob forte ligação com o Estado brasileiro. Seus principais executivos e acionistas – Gastão Vidigal e Ary Torres – ocupavam posições de comando em órgãos estatais. Gastão Vidigal foi ministro da Fazenda de Eurico Dutra e gestor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A (Cacex), órgão estratégico para liberação de acesso às importações e aos dólares essenciais em período de escassez de divisas para aquisição de máquinas e equipamentos fabris. Já Ary Torres, foi presidente da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)¹.

A empresa nasceu com a missão de atender à necessidade de material rodante para as companhias ferroviárias devido à guerra mundial em curso e suas implicações na cadeia produtiva. Com mercado assegurado, acesso às linhas de crédito e fornecedores de equipamentos externos e contando com a parceria do Instituto de Pesquisa e Tecnologia (IPT) a empresa rapidamente se estruturou e transformou-se em um conglomerado industrial. Em 1955, firmou contrato com a Rockwell Company, para a criação da Braseixos/Rockwell, indústria de autopeças, e, em 1960, criou a Braspressas - formando assim, um verdadeiro conglomerado industrial.

A década de 1960 em particular nos indica, no processo de evolução da Cobrasma, um conjunto de relações entre o complexo industrial Cobrasma/Braseixos/Rockwell/Braspressas e membros de governo estadual e federal, funcionários públicos, forças de segurança e forças armadas que denotam no mínimo vantagens em negociações financeiras e colaboração com instituições civis e com órgãos de estado que violaram direitos humanos, principalmente quando consideramos o documento da Organização das Nações Unidas de agosto de 2003 “Normas sobre as Responsabilidades das Empresas Transnacionais e Outras Empresas em Relação aos Direitos Humanos” (*Norms on the Responsibilities of Transnational Corporations and Other Business Enterprises with Regard to Human Rights*)².

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961 como órgão pensante e de articulação para o golpe, sob o comando do general Golbery do Couto e Silva, tinha em seu núcleo duro, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (do Conselho Consultivo da Cobrasma, controlador do Banco Mercantil), Gastão Mesquita Filho, presidente da Cobrasma antes e depois do golpe, do Banco Mercantil e da Companhia de Terras Norte do Paraná. O IPES e o IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática, assim como a

¹ O início dos anos 80 foi marcado pela integração das preocupações sociais à política de desenvolvimento brasileiro, o fato refletiu na alteração no nome do Banco, que, em 1982, passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aqui usaremos o nome do banco à época dos acontecimentos BNDE.

² COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho. Empresas, violação dos direitos humanos e ditadura civil-militar brasileira: a perspectiva da Comissão Nacional da Verdade. Organizações & Sociedade, v. 25, p. 15-29, 2018.

Amcham Brasil - American Chamber of Commerce for Brazil estavam irmanados como ponta de lança das articulações para o golpe de 1964. Igualmente, do IPES, Ary Frederico Torres foi presidente e superintendente da Cobrasma.

Outras lideranças pertencentes ao IPES, Luiz Antonio Gama e Silva, ministro da Justiça do governo Costa e Silva e Alfredo Buzaid, ministro da Justiça do governo Médici, mantiveram laços estreitos com Luís Eulálio de Bueno Vidigal (diretor superintendente e presidente da Cobrasma). Este sucedeu a Gama e Silva como diretor da Escola de direito da Universidade de São Paulo/USP, e foi antecessor de Alfredo Buzaid. Ou seja, ligação direta, de conspiradores e beneficiários diretos, política e economicamente, do golpe civil-militar. Gama e Silva, entre outros “serviços” para o regime, foi autor da Lei de Segurança Nacional, Ato Institucional nº 1 e AI-5.

Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, controlador do Banco Mercantil de São Paulo e do conselho da Cobrasma, foi ativo na formação do IPES, sendo integrante do Comitê Revolucionário (CR) ainda em 1961, seu “núcleo duro” na articulação do empresariado para o golpe de 1964. Responsável pelas finanças no CR, também participou do GEC – Grupo Especial de Conjuntura. Por sua preeminência entre o empresariado paulista, liderou a articulação e preparação do golpe de 1964, e colheu os frutos por suas ações. O ideário repressivo atrelado à concepção de Segurança Nacional favorecia o investimento em indústrias militares e o crescimento do setor.

Não à toa, há registros de que a Cobrasma construiu, fora do seu escopo produtivo, carros blindados para servir à repressão.

Empresários ligados ao GEC- Grupo Especial de Conjuntura do IPES, do qual fazia parte, como assinalado, Gastão Eduardo Bueno Vidigal, financiaram a criação e apoiaram o “modus operandi” da OBAN - Operação Bandeirantes.

O golpe alçou ao poder os “ipesianos”, tanto no que diz respeito à ocupação de espaços variados de poder institucional, como na capacidade de influir diretamente na política econômico-financeira do regime civil-militar. Estar no centro do processo de articulação do Golpe de 1964, significou ganhos substanciais com sua vitória. O leque de oportunidades empresariais se ampliou, facilidades foram oferecidas, tanto em termos de novos setores que se constituem quanto do financiamento a custo baixo, para os necessários investimentos no incremento da produção. Ao mesmo tempo, os vínculos aí estabelecidos deixarão marcas indeléveis na história da empresa, ou seja, estreitam-se alianças que terão mão dupla. Ao mesmo tempo em que se abrem oportunidades e vantagens no acesso ao fundo público, são estabelecidos mecanismos de vinculação estreita com as ações de um governo militar e seus mecanismos de cooptação direta dos estratos de repressão estritos ou subterrâneos.

Entre diretores e funcionários da empresa encontramos por exemplo Alberto Pereira de Castro, conhecido nacionalmente como pesquisador, superintendente e conselheiro do Instituto de Pesquisas Tecnológicas IPT, mas que em nossa pesquisa, surgiu como superintendente da Cobrasma, participante do IPES, que por suas relações familiares com o

general Golbery do Couto e Silva, no escopo de suas atividades na Cobrasma/IPT acabou por se transformar em informante do Serviço Nacional de Informações (SNI).³

Do mesmo modo, encontramos o médico Harry Shibata, diretor do Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo, no período de 1976 a 1983, conhecido por acusações de falsificação de laudos de óbito de presos políticos torturados e mortos pela repressão, como funcionário contratado pela Cobrasma, de 19 de junho de 1974 a 1º de janeiro de 1983. Ou seja, já funcionário da empresa, se liga ao IML onde realiza atividades junto aos setores da repressão, e tem sua saída efetivada da empresa (baixa em carteira) junto com a data de exoneração do IML. Estaria Shibata, no período considerado, sendo funcionário “fantasma”, pago pela Cobrasma pelos serviços prestados à ditadura? Teria exercido conjuntamente as duas funções?

Dando continuidade ao processo de evolução da empresa Cobrasma, entre 1966 e 1968, consolidou-se o crescimento na produção de aço e de prensas, e a construção de caldeiras de grande porte, já a produção de material ferroviário tem impulso em 1968 com fornecimento ao governo federal. Em período de campanha salarial, foram demitidos 40 soldados por justa causa, fato que gerou processos trabalhistas e que em parte, foi revertido pela disposição de luta dos trabalhadores. Em 1968 ocorreu a greve que se transformou em símbolo de luta e resistência de trabalhadores metalúrgicos contra o arrocho salarial e a favor da democracia. Ao mesmo tempo que a produção deslanchava para a empresa, sua contrapartida foi o alinhamento ao processo repressivo contra o movimento e organização sindical dos trabalhadores da metalurgia.

Em maio de 1973, o Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI, aprovou recursos de incentivos fiscais para investimentos em aumento da produção e implantação de novos produtos, dentro do Plano de Desenvolvimento Siderúrgico.

A empresa engajou-se no Estágio III do Plano de Desenvolvimento Siderúrgico e, no projeto de ampliação da capacidade de produção com a instalação do complexo de Sumaré, com recursos de “um dos maiores créditos já concedidos pelo BNDE a um grupo empresarial, no setor de bens de capital”.⁴

A relação derivada da relação política ideológica comprovadamente criou mecanismos de tênue cobrança na eficiência alocativa. A empresa admitia que seus produtos eram caros e, por consequência, a ligação umbilical com o Estado, a distribuição de pedidos entre as poucas empresas produtoras, mascarava a situação. Esta ligação estreita com o regime beneficiou todo o complexo no IIº PND, seu ápice produtivo.

³ MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA/QUARTA ZONA AÉREA/QUARTEL GENERAL/DIVISÃO DE SEGURANÇA. 9 fev. 1971. Irregularidade na Superintendência do IPT [Relatório sobre desvio de recursos do IPT em proveito do “grupo Cobrasma/Braseixos”]. **Informe Confidencial**.

⁴ O ELO, ano II, n. 19, jan. 1976, p. 1.

1.2. Cobrasma: Faturamento em milhões de dólares correntes (1949-1993)

Há claramente conexão direta entre o crescimento do faturamento da Cobrasma e o golpe. A correlação é positiva e muito forte: crescimento e regime militar. Resultado de incentivos diretos e da imensa injeção de dinheiro a custos muito baixos.

Na composição acionária, que se reduz à família Bueno Vidigal, ressaltamos a participação do Banco Finasa de Investimento vinculado ao conglomerado financeiro Banco Mercantil de São Paulo com 15%, notório financiador da Operação Bandeirante. Gastão Eduardo de Bueno Vidigal (junto com Delfim Neto) sucessor do pai (Gastão Vidigal, seu fundador) no Banco, organizou reuniões para captação de doações “voluntárias” de empresários.

As metas muito otimistas do IIº PNB, e a ligação estreita com o regime, transformavam a Cobrasma em desaguadouro natural das pressões do governo para que respondesse ao chamado de aumento da produção o que significava acesso aos recursos governamentais via Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a juros negativos, ou benefícios fiscais. “A empresa recebeu incentivos fiscais do Conselho de Desenvolvimento Industrial – CDI – para investir Cr \$60 milhões na ampliação de sua capacidade produtiva, nas áreas de equipamentos para o setor petroquímico e de vagões siderúrgicos.”

Além de incentivos fiscais há aporte de recursos do BNDES, para o grupo como um todo, 80% para a Cobrasma. Reportagem da *Folha de S. Paulo* estimava em US \$2 bilhões o investimento total no complexo, dos quais 40% do BNDES. Este valor ajustado pelo poder de compra do dólar entre julho de 1978 e outubro de 2022, e pela cotação do fechamento da cotação do dólar em 25/10/2022 (5,317) dá um total em reais de R\$48 bilhões. Considerando 40% do BNDES, seria um financiamento de R \$19,216 bilhões. Quanta tão alta a juros tão baixos, significou compromisso perene com o regime civil-militar. Tais “amarrações” geravam compromissos outros, mesmo que alguns nos subterrâneos do regime.

A presença do Ministro dos Transportes, General Dyrceu de Araújo Nogueira em 1975 e 1978, ou do próprio presidente General Ernesto Geisel, que por duas vezes visitou o complexo em Hortolândia acompanhado, entre outros, pelo Comandante do 2º Exército, General Dilermando Gomes, mostra o empenho e a parceria civil-militar.

Em 1979, Luís Eulálio Vidigal Filho, presidente do Sindicato Nacional de Autopeças e da Cobrasma, participante do Conselho Monetário Nacional, venceu Teobaldo De Nigris, ferrenho apoiador do regime na disputa eleitoral pela presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Declarou: “Está chegando a hora da geração de empresários surgidos depois de 64. Nós, jovens empresários, somos todos frutos da Revolução de 64”⁵. Antes, submeteu ao presidente João Figueiredo o programa da chapa. A imprensa, na revista *Veja*, registrou a declaração de Vidigal Filho: “Inimigo se liquida, com o adversário se

⁵ Folha de S. Paulo de 23 de setembro de 1978.

competete". E os comunistas são todos inimigos".⁶ Destacamos o registro na reportagem de capa da revista: "Pois, como ocorre com a maioria dos empresários, Vidigal é fundamentalmente um homem a favor do regime, mesmo em seus momentos mais duros".

Na década de 1980, no entanto, a crise do regime se refletiu na crise da empresa. O país em crise econômica e política, com dívidas crescendo mais que as receitas, apesar de que, para a Cobrasma - graças à dívida com o BNDE com juros negativos - as dívidas crescem menos que a inflação, embora o endividamento tenha crescido mais que o faturamento.

Com o fim do regime militar, a Cobrasma purgava suas ligações estreitas com a ditadura civil-militar, as benesses econômicas/financeiras e compromissos ideológicos. "O término do regime militar deixou tudo pior, porque nós tínhamos 600 milhões de dólares em material que nós estávamos produzindo para o governo e isso ia, voltava, não ia."⁷ Concretamente o encerramento do período formalmente ditatorial, foi péssimo para a empresa, pois perdeu acesso privilegiado ao fundo público e às políticas governamentais direcionadas.

2. Violações identificadas

Reunimos evidências de seis tipos de possíveis condutas violadoras de direitos humanos e direitos trabalhistas praticadas por membros acionistas, diretores e do corpo administrativo do grupo empresarial Cobrasma/Braseixos, entre o período de 1964 e 1985, objeto desta pesquisa. Foram elas:

- **Colaboração material/financeira com o Governo Militar**
- **Controle social e perseguição política aos trabalhadores**
- **Colaboração da segurança interna da empresa com órgãos de repressão para a vigilância dos empregados**
 - **Criminalização da greve de 1968 como justificativa para uso de violência e repressão política**
 - **Demissão de grevistas**
- **Violação de direitos trabalhistas**

2.1. Colaboração material/financeira com o governo militar

Apontamos a participação de membros da Família Vidigal - acionista majoritária da Cobrasma - em ao menos duas importantes organizações responsáveis por ações de apoio

⁶ Veja, São Paulo: Editora Abril, 10 de setembro de 1980 nº 627, p. 107.

⁷ Antonio Lino Fortes citado em MOTTA, Antonio Carlos Casulari Roxo da. Cobrasma: trajetória de uma empresa brasileira. São Paulo: FFLCH. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2006.

material/financeiro ao Golpe de 1964 e a viabilização do Governo Militar, são elas : o complexo IPES/IBAD e o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI) da FIESP.

Encontramos membros da família Vidigal - ocupantes ou não de cargos administrativos na empresa - como participantes ativos no Conselho Orientador Nacional do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), como membros do complexo IPES/IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e da American Chamber of Commerce. Identificamos ação admitida pelo próprio Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, junto ao empresariado paulista, de coleta de dinheiro para a “caixinha da OBAN”, em 1969. Ato conhecido por prover sustento financeiro à Operação Bandeirantes (OBAN)⁸.

Identificamos a atividade de Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho (a partir de 1973) como vice-presidente do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), grupo que originou-se da articulação empresarial-militar - com objetivos de apoiar as atividades de oficiais militares que deflagraram o movimento de 31 de março e que permaneceu em atividade entre 1964 e meados dos anos de 1980. Os objetivos do grupo eram o de fomentar formas de colaboração material de empresas e o governo militar na produção específica de insumos e implementos para a defesa interna. A direção da Cobrasma colaborou materialmente com o Golpe Militar de 1964 fabricando carros para repressão à manifestação de rua em oposição ao Golpe (caso houvesse), carros estes destinados à Força Pública do Estado de São Paulo, produzidos fora das especificações legais dos serviços de blindagem, por transformação de veículos comuns em veículos de combate militar. Portanto, aparelhou com veículos de combate o governo de São Paulo, envolvido ativamente na conspiração contra o governo de João Goulart, preparando-o assim para eventuais combates com forças militares leais ao governo constitucional.

Cabe registrar, ainda, evidências de colaboração entre a direção da Cobrasma e forças de repressão do Estado de São Paulo em datas anteriores ao golpe de 1964, o que reforça a hipótese de uma prolongada relação com doação de materiais diversos à forças repressivas e apoio às operações policiais principalmente relativas à repressão de greves, grevistas e sindicalistas.

2.2. Controle social e perseguição política aos trabalhadores

A confecção de “listas sujas” com dados pessoais de trabalhadores e indicação de lideranças grevistas e/ou sindicais, enviadas a órgãos de repressão e produzidas pela empresa Cobrasma, está comprovada documentalmente por nossa pesquisa.

Outra forma de colaboração com organismos repressores e de controle político de trabalhadores foi identificada na forma de delação de ativistas operários à polícia (sem registro em papel), fato denunciado em diversos depoimentos e testemunhos de trabalhadores, sindicalistas e familiares. Estes indícios de colaboração entre diretores do complexo empresarial Cobrasma/Braseixos e a ditadura militar apontam para a entrega de

⁸ JOFFILY, Mariana. No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

nomes e informações de lideranças a serem aprisionadas ou investigadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)⁹. Nos baseamos em testemunhos coletados pela Comissão Municipal da Verdade de Osasco (CMVO)¹⁰ e produzidos pela História Oral no contexto desta pesquisa em particular. Em depoimento dado à CMVO o ex-diretor-presidente da Cobrasma, Luís Eulálio Bueno Vidigal Filho, chegou a admitir ter colaborado com a polícia para distinguir tipos diferenciados de grevistas (qualificando negativamente determinados grevistas) dos demais. Em seu depoimento esclarece ter colaborado com a “caracterização” de grevistas diante de uma lista produzida e apresentada por agentes repressivos no episódio da Greve de 1968 em Osasco.

Outro tipo de “listas sujas”, compartilhadas entre empresas, contendo nome de grevistas, lideranças sindicais e trabalhadores “indesejáveis” foi documentada por nós através dos testemunhos orais, assim como seus efeitos cruéis para a vida dos trabalhadores e suas famílias. A circulação de listas de trabalhadores indesejados entre as indústrias de Osasco, e a participação da Cobrasma nesse sistema, foram largamente confirmadas em testemunhos e, apesar de não terem sido obtidas fisicamente no escopo desta pesquisa - devido ao caráter privado, informal e sigiloso de sua existência - denotam seus efeitos práticos e atentatórios aos direitos humanos e direitos em geral. Em resumo, afirmamos que suas vítimas eram marcadas como “indesejáveis” e daí em diante privadas da possibilidade do emprego, ficando desprovidas dos recursos essenciais para existência digna para si e sua família; obrigadas a arcar com os custos materiais de uma virtual expulsão do território (da cidade ou bairro) em que estavam inseridas - sendo forçadas a lidar com as dores emocionais do rompimento de laços com familiares e vizinhos e com o sofrimento psicológico decorrente da pecha de “trabalhadores subversivos”.

Cabe, ainda, apontar um outro tipo de colaboração com a polícia política por meio de listas: trata-se de extensas relações de candidatos às vagas de emprego na Cobrasma, remetidas ao DOPS, a fim de excluir aqueles com antecedentes de militância política, sindical ou de outro tipo. Obtivemos registros, depoimentos e testemunhos orais que apontam a Cobrasma como tomadora de informações junto ao órgão - visando evitar a contratação de pessoas com “passado repressível”. Embora os episódios documentados

⁹ No manual "No coração das trevas", organizado por Maria Aparecida de Aquino, apresenta-se (na p. 19) uma sequência de todos os nomes da instituição, desde 1924. De 1945 a 1975, chamava-se "Departamento de Ordem Política e Social", com a sigla DOPS. A partir de 30/9/75, passou a ser Departamento Estadual de Ordem Política e Social, DEOPS. Portanto, o órgão foi extinto com o nome “DEOPS”, mas funcionou nos anos 1960 como DOPS. Assim, quando formos nos referir a documentos do Acervo do Arquivo Estadual de São Paulo chamaremos "acervo do DEOPS". Neste texto, o mais preciso seria dizer que as relações foram remetidas ao DOPS, pois assim se chamava na época. AQUINO, Maria Aparecida de. “No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro”. In: AQUINO, Maria Aparecida de. (org.) Dossiês DEOPS/SP: radiografias do autoritarismo republicano brasileiro. Volume 1. Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial: São Paulo, 2001.

¹⁰ A CMVO foi instituída pela Lei nº 4.650, de 14 de agosto de 2014, de autoria da vereadora Mazé Favarão, para contribuir com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, na apuração das violações de direitos humanos ocorridas na cidade de Osasco durante o período da ditadura militar entre 1964 a 1985. Funcionou entre 2014 e 2015, ano em que apresentou publicamente seu relatório final documentando as violações investigadas.

sejam anteriores ao período da ditadura de 1964-85, é de se acreditar que as práticas tenham se mantido constantes.

2.3. Colaboração da segurança interna da empresa com órgãos de repressão para a vigilância e repressão dos empregados

A pesquisa encontrou sinais de formas de vigilância e controle, que foram documentadas nos arquivos policiais em circunstâncias de conflito industrial/demanda de repressão à greve, entre outras situações. A violação de direitos individuais - como a autorização por parte da empresa para revista nos armários privados de operários - foi um tipo recorrente de violação encontrada denotando colaboração entre a segurança interna da empresa, forças policiais e organismos repressores.

Para além disto, a vigilância constante de atividades dos operários nas fábricas da Cobrasma e Braseixos implicou na infiltração de agentes de forças policiais e órgãos de repressão no corpo funcional das empresas, sendo testemunhada a infiltração de agente do DOPS/SP como empregado entre os operários.

Identificamos um tipo de colaboração entre a Cobrasma e órgão repressivos que resultou, no mínimo, em contratações que poderíamos colocar sob forte suspeição: revelamos, mediante obtenção de ficha cadastral de trabalho no acervo do Departamento de Recursos Humanos da empresa, a contratação de notório médico agente da repressão, regularmente presente em sessões de tortura no DOPS como médico do trabalho na Cobrasma. Destacamos ainda a atuação de um renomado engenheiro, ocupante de cargo de diretoria na Cobrasma como informante do Sistema Nacional de Informações (SNI) segundo documento obtido junto ao Arquivo do Estado de São Paulo; além da contratação de um general da reserva das Forças Armadas como diretor da Braseixos, empresa do mesmo grupo.

As múltiplas ações apuradas evidenciam o funcionamento de um arranjo no qual os limites entre o sistema policial-militar e as funções empresariais produtivas e administrativas foram violados, configurando-se um dispositivo de controle social e repressão política eficaz e de difícil superação dada a fragilidade da condição da mão de obra diante da estrutura imposta.

2.4. Criminalização da greve de 1968 como justificativa para uso de violência e repressão política

Na trajetória da pesquisa, seguimos a hipótese de que a criminalização da Greve de Osasco de 1968 e, em particular, do episódio de ocupação da fábrica Cobrasma, configuraram um ato consciente de construção de narrativa que imputou à greve um caráter de atividade política subversiva descolada do contexto da luta por direitos do trabalho e de salário¹¹.

¹¹ Referenciamos bibliografia sobre a Greve de 1968: MIRANDA, Orlando. Os obscuros heróis de Capricórnio: contribuição à memória brasileira. São Paulo: Global Editora, 1987.; MOURA, Alessandro.

Em ação conjunta, dirigentes da Cobrasma/Braseixos se aliaram aos agentes da ditadura (Delegado Regional do Trabalho, Secretário de Segurança Pública, Ministro do Trabalho, entre outros) com a finalidade de caracterizar a greve como “subversiva”, ratificando que a origem da greve era desconhecida pela maioria de seus participantes (desprezando-se as condições salariais do ano de 1968) e que, portanto, foi dominada por agentes subversivos com intencionalidades políticas de desestabilização social e governamental. Foi flagrante a participação das empresas da cidade de Osasco para a incriminação dos operários e sindicalistas grevistas na Lei de Segurança Nacional e, sem dúvida, o pontapé inicial foi dado a partir do ato de desocupação da Cobrasma pelas forças policiais e militares. Dois dias após o início da greve, em 18/07/1968, a Cobrasma e Braseixos comunicaram formalmente ao DOPS uma lista que denominava 16 operários envolvidos na greve. A empresa acusou ocupantes grevistas da fábrica de fazerem reféns entre os trabalhadores administrativos e o movimento acabou sendo descrito como uma greve ilegal de ocupação violenta da fábrica com detenção criminosa de reféns, versão esta contestada à época por autoridades como o cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o ministro do Superior Tribunal Militar, Pery Bevilacqua e pelo movimento sindical em geral.

O ato de criminalização da greve se tipifica como um ato em si de violação dos direitos do trabalho e dos direitos políticos, na medida em que a colaboração de dirigentes da Cobrasma/Braseixos com organismos repressivos da ditadura se sobressai na greve de 1968, sendo amplamente documentada pela imprensa e por órgãos de repressão como o próprio Deops/SP.

Exemplificamos casos encontrados por nossa pesquisa:

A repressão brutal aos trabalhadores, aos apoiadores e lideranças, leva às últimas consequências a afirmação do General Ernesto Geisel em reunião do Alto-Comando Militar, em 1968: “Osasco é o Vietnã brasileiro.”

A Cobrasma e a cidade de Osasco foram ocupadas pela força militar, centenas de trabalhadores foram presos e, entre estes, muitos torturados. O Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e região sofreu intervenção e invasão militar. Trabalhadores foram demitidos sumariamente e perseguidos politicamente. O General Gaya (delegado regional do Trabalho, membro do GEC- Grupo Especial de Conjuntura do IPES) declarou que as indústrias dispensariam todos aqueles que fossem considerados líderes da greve e que a Cobrasma não

Movimento operário e sindicalismo em Osasco, São Paulo e ABC Paulista: rupturas e continuidades. Tese de Doutorado. Unesp Marília. Faculdade de Filosofia e Ciência, 2015; RIZEK, Cibele Saliba. Osasco 1968: a experiência de um movimento. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC, 1988; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A greve no masculino e no feminino (Osasco, 1968). São Paulo: Letra e Voz, 2014. WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968. Cadernos Cebrap, n. 5, 1972. WERNER, Helena Pignatari. Raízes do movimento operário em Osasco. São Paulo: Cortez, 1981; CHOTIL, Mazé Torquato. José Ibrahim: o líder da primeira grande greve que afrontou a ditadura. São Paulo: Alameda, 2018; ESPINOSA, Roberto. Abraços que sufocam: e outros ensaios sobre a liberdade. São Paulo: Viramundo, 2000.

pagaria os trabalhadores do turno da manhã pelos dias de greve, por considerá-los responsáveis pela greve.

Como exemplo da perseguição que se abateu sobre os grevistas, Pedro Tintino da Silva, admitido em 24/06/1952, foi dispensado em 29/08/1968. Pedro, com família numerosa, desempregado e sem perspectiva de emprego em decorrência de sua inclusão em lista suja empresarial, foi admitido na Prefeitura de Osasco, pelo então prefeito Antônio Dinaer Guaçu Piteri após apelo de trabalhadores que o haviam apoiado na eleição.

João Joaquim da Silva e sua esposa Abigail, foram taxativos quanto às dificuldades encontradas após a greve. João Joaquim, que tinha chegado ao cargo de inspetor de qualidade na Cobrasma, elite do operariado, com nome marcado, teve que buscar emprego em pequenas indústrias, distantes de Osasco e sem ligação ou informações do complexo repressivo. Foram mais de dez anos de dificuldades, com crianças pequenas, mudanças constantes e moradias precárias.

José do Campos Barreto, preso, foi barbaramente torturado nas dependências do Dops. Barreto era funcionário da Braseixos, coligada ao grupo, localizada ao lado da Cobrasma, com portão de acesso que existia pelo controle igual e relação siamesa entre as duas empresas.

Padre operário Pierre Joseph Wauthier, francês, trabalhava na Braseixos. Membro da “Missão Operária São Pedro e São Paulo” foi preso, interrogado e torturado no Dops. Em 28 de agosto de 1968, foi expulso do país, com todos os efeitos nocivos para sua vida psíquica.

Ignácio Rangel, operário, ator e poeta, relatou as torturas psicológicas sofridas, sua dificuldade em conseguir emprego após a greve, perdendo emprego e profissão, com consequências familiares e econômicas permanentes.

Aspectos dessa colaboração decorreram em violações e prejuízos de múltiplas naturezas aos trabalhadores grevistas e sindicalistas. A narrativa de criminalização ao movimento social grevista acaba por justificar sua repressão violenta, e a partir desta criminalização constatamos que o suporte dado pelos dirigentes da Cobrasma/Braseixos aos atos repressivos contra greve se materializam primeiramente em: (1) denúncia de nomes e fornecimento de informações das lideranças à repressão; (2) colaboração da empresa com a invasão da fábrica pelas forças policiais e militares; (3) incentivo à prisão em massa que dali decorre (documentação aponta para centenas de presos). Em um segundo aspecto, paulatinamente, a repressão avança em atitudes de caráter violador mais aprofundados, que derivam diretamente das primeiras ações que aqui apontamos. Em decorrência dos atos de prisão massiva na invasão da Cobrasma e da ocupação militar da cidade de Osasco, no contexto da repressão à greve, registramos também aqui os atos de violação de direitos humanos praticados pelas forças repressivas : (1) a tortura física aplicadas após-prisão de determinados grevistas no Dops/SP; (2) a tortura psicológica relatada por diversos presos; (3) o famoso caso de deportação após-prisão e tortura do padre francês Pierre Wauthier, sob acusação de liderar a greve em Osasco (SP); (4) a ocorrência dos episódios de invasão do

Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região com a prisão de lideranças sindicais; (5) o episódio da invasão da Igreja Matriz de Santo Antônio (no centro de Osasco) com a realização de novas prisões de grevistas, sindicalistas, dentre outros ativistas que lá se reuniam.

2.5 Demissão de grevistas

Segundo depoimentos da CMVO eram comuns as demissões de operários por participação em movimentos de reivindicação trabalhista desde antes do estabelecimento do governo militar. Com relação às lideranças da greve de 1968, parece ter havido uma primeira iniciativa da empresa Cobrasma de demissão por justa causa, seguida de um recuo e da adoção da demissão com direitos, o que não impediu a inclusão dos nomes de operários nas já citadas “listas sujas” que circulavam entre departamentos de recursos humanos das empresas. Segundo matéria publicada no jornal *Folha da Tarde* de 30 de julho de 1968, mencionada no artigo “Um diário da luta: como os jornais da época registraram a greve de Osasco”, de autoria de Luiz Gabriel de Pieri, J. Moura Marinho, Maria Quiteiro Silvestre Prado e Rubens Adorno, os operários denunciaram ao general Moacir Gaya, Delegado Regional do Trabalho, a existência de uma lista de demissões, com 33 nomes, que estaria afixada na Cooperativa da Cobrasma. Apesar do desmentido dos dirigentes da empresa, a Federação dos Metalúrgicos, segundo a reportagem, apontou que a lista de demitidos estava de fato afixada na Cooperativa. Segundo depoimento de Pedro Tintino da Silva, (CMVO) todas as demissões foram por justa causa e a posteriormente a reversão da decisão teria decorrido de solicitações de trabalhadores.

Apuramos que ocorreram 40 demissões por participação na greve, com pagamento das indenizações, segundo informações constantes de ofício redigido pelo advogado da Frente Nacional do Trabalho, Mário Carvalho de Jesus, ao Delegado Regional do Trabalho e análise de processos trabalhistas no Ministério do Trabalho.

2.6 Violação de direitos trabalhistas

Nossa pesquisa analisou cerca de 80 processos relativos a assuntos trabalhistas junto ao Ministério do Trabalho relativos à Cobrasma/Brasexos no período investigado. Nosso objetivo foi o de investigar a possível relação entre a incidência maior de casos de violações de direitos trabalhistas em períodos mais repressivos dentro do ciclo da ditadura civil-militar de 1964-85. Os processos se concentram em sua maioria no período de 1978 e 1988, com algumas poucas exceções. No caso Cobrasma, chama a atenção que, dos 49 processos obtidos, quase a metade, 23, registram casos de doenças profissionais ou de violações de leis e portarias emitidas pelo Ministério do Trabalho. Apresentaremos, a seguir, um resumo das violações de direitos trabalhistas encontradas. Processos por doenças profissionais com múltiplos casos de surdez profissional e pneumopatia; irregularidades na estrutura física e no uso de equipamentos de segurança como vários casos de não uso de EPIs; acidentes de trabalho em geral ; não cumprimento de legislação trabalhista em geral, com processos por ausência de adicional insalubridade; autos de infração e multas por ruído excessivo, não pagamento de férias, e outros direitos ; e morte por acidente de trabalho.

3. Vítimas

Resultados da pesquisa quantitativa de violações de direitos cometidos pela empresa Cobrasma no contexto da Greve de Osasco de 1968:

O número de presos no contexto da Greve de Osasco em 1968 é um dado a ser perseguido, tanto os testemunhos quanto a documentação pesquisada comprovam a prisão em massa de trabalhadores. Os relatos orais chegam a apontar 600 presos, sendo que a maior parte ocorreu na invasão policial da Cobrasma, Sindicato dos Metalúrgicos e Igreja Matriz de Santo Antônio, ocorrendo ainda prisões nas demais fábricas, ruas e residências da cidade tomadas pela força repressiva. O Acervo DEOPS-SP do Arquivo do Estado/SP é o guardião da maior parte da documentação comprobatória encontrada sobre as prisões dos trabalhadores. Trata-se de Relatórios da Greve, Relações de Detidos, Relação de Indiciados e do Auto de Inquérito da Greve (Acervo DEOPS-SP/Inquérito nº 24/68). Esta documentação aponta 82 trabalhadores presos, a maioria entre os dias 17 e 18/07/1968. Os documentos encontrados no Arquivo Nacional, Comissão da Anistia e Comissão Municipal da Verdade de Osasco somam mais 10 trabalhadores presos, no mesmo contexto. Grande parte dessas prisões ocorreram nos atos repressivos dos três dias da Greve: na invasão da Cobrasma na noite do dia 16/07/1968, na invasão da Igreja de Osasco em 17/07 e na invasão do Sindicato no 18/07 com a efetivação da intervenção sindical e cassação de todos os 25 dirigentes da época. Contudo, há relatos de prisões nas ruas e nas residências da cidade no cerco criado pelos órgãos policiais federais, civis e Exército.

Deste **total de 92 presos** em Osasco na Greve de 1968, 31 foram indiciados pelo Departamento de Ordem Social/DOPS-SP, ou seja, condenados na instância policial e passíveis de investigação judicial. Entre os 31 indiciados, 22 foram denunciados e julgados na Lei de Segurança Nacional num processo-crime que levou cinco anos para encerrar, sendo concluído na segunda instância da Justiça Militar da União, o Superior Tribunal Militar (STM Apelação 31.177/72).

O Grupo Cobrasma tem papel central em todo o processo da greve, tanto pela tradicional organização de seus trabalhadores como pela forte repressão exercida. Juntando os dados das fontes do Acervo DEOPS-SP, Arquivo do Supremo Tribunal Militar, Arquivo Nacional, Relatório da Comissão da Verdade de Osasco e Processos de Anistia chegamos aos montantes abaixo relacionados de violações documentadas, especificamente sobre os trabalhadores do Grupo Cobrasma:

Foram: 37 presos, 21 indiciados em Inquérito Policial do DOPS; 01 indiciado pelo Polícia Federal; 05 indiciados pela Delegacia Policial de Osasco por denúncia da Junta Interventora; 13 julgados pela Justiça Militar. Houve ainda Investigação Administrativa na DRT-SP/MT que decorreu na cassação de 17 dirigentes sindicais trabalhadores do Grupo no dia 17/07. Houve também três banimentos /exílios forçados decretados pelo Presidente da República, sendo que um deles ocorreu no dia 27/08/1968. Houve também pelo menos 10 demissões nos meses que se seguem ao acontecimento grevista, a maioria em agosto e

setembro de 1968. Estes trabalhadores e sindicalistas das empresas Cobrasma e Braseixos-Rockwell denunciaram diversas vezes os maus tratos e pânico que sofreram na invasão da fábrica, sindicato e igreja, os espancamentos e torturas físicas e psicológicas nas dependências dos órgãos de repressão e ainda invasão de residências em Osasco, além das evidentes consequências na saúde física e psicológica e consequências morais no campo individual, familiar, na vizinhança e no trabalho por terem sido tratados como criminosos.

Os diretores do Grupo Cobrasma tinham comunicação com o DOPS pelo menos desde 1965, na troca de informações de trabalhadores organizados sindicalmente, sejam eles dirigentes sindicais cassados em 1964, membros da Comissão de Fábrica, aqueles que viriam a ganhar a eleição para o Sindicato em 1967, ou simplesmente, operários vigiados. Em 1968, os documentos encontrados nos acervos DEOPS-SP e SNI comprovam o envolvimento de seis diretores do Grupo Cobrasma com denúncias dos trabalhadores/sindicalistas, como demonstram os comunicados assinados e os testemunhos prestados, isso sem contar com a hierarquia direta destes e a presidência da empresa. Nestes documentos encontrados, como já foi dito, 17 operários foram citados nominalmente, sendo que 16 deles estão no comunicado incriminatório emitido pelos diretores da Cobrasma e Braseixos, enviados ao DOPS no dia 18/07/1968. É importante ressaltar que o endereço dos operários estava informado no documento.

Na época da greve de 68 em Osasco, pelo menos um diretor era da Cobrasma era informante direto do Serviço Nacional de Informações (SNI), sendo que também existe informação sobre o desvio de recursos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), onde o mesmo era Superintendente, para beneficiar a Cobrasma, como comprovam documentos confidenciais do próprio SNI. Outro diretor aparece em relatório do SNI sobre a Greve de Osasco acusando operários líderes da Greve.

Em resumo, foram apurados fortes indícios de cooperação e alinhamento de argumentos/ações entre o Grupo Cobrasma e a Polícia Política, Polícia Civil e Federal, bem como com Ministério do Trabalho/ DRT-SP, Justiça Comum e Militar, Exército e Presidência da República na criminalização e em graves violações de direitos dos trabalhadores e sindicalistas de Osasco envolvidos na Greve de 1968.

4. Danos provocados e reparações necessárias

4.1. Danos provocados

Apontamos como danos causados nas ações de colaboração da empresa com a ditadura militar:

- Corrupção e prejuízo à concorrência empresarial e ao bem público devido a processos de facilitação de acesso da empresa às agências de fomento e fundos bancários públicos em troca de apoio material e/ou político;

- Danos morais em geral causados pelo sofrimento decorrente da experiência de prisão, e situação de perseguição política aos que participaram de greves no período;

- Violação de dados pessoais com a exposição de informações e dados pessoais de trabalhadores aos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) ;

- Prisões ilegais de trabalhadores grevistas, incluindo a tortura física dos líderes do movimento e a tortura psicológica de trabalhadores grevistas nas prisões após a Greve de 1968;

- Indiciamentos na Lei Anti-Greve e julgamentos na Lei de Segurança Nacional, oficializando a perseguição política e criminalização de sindicalistas, trabalhadores grevistas e o sacerdote local (caso Padre Antonio Almeida Soares)

- Demissões por motivo de greve e atividade sindical;

- Prejuízos financeiros causados pelo desemprego prolongado e/ou dificuldades de recolocação em posto de trabalho após a participação em movimento grevista ou atividade político-sindical de trabalhadores da Cobrasma;

- Deportação sumária do país (Caso Padre francês Pierre Wauthier);

- Prejuízos a familiares de trabalhadores que sofrem danos morais como traumas e pressões psicológicas decorrentes do período de perseguição à maridos, pais, irmão ou filhos presos políticos ou presos ilegalmente e invasões domiciliares.

-Prejuízos à saúde do trabalhador em processos de adoecimento devido ao descumprimento de direitos do trabalho.

4.2 Reparações

- Criação de Centro de Memória, Verdade e Justiça, dedicado ao resgate das lutas contra o regime ditatorial na cidade, das vítimas da ditadura e dos movimentos sociais, voltado à coleta, guarda e produção de documentos sonoros, iconográficos, audiovisuais e textuais relacionados à temática em Osasco/SP;

-Fundação de um Parque da Memória, agregado ao Centro de Memória, Verdade e Justiça, dedicado à exposição de instalações artísticas;

- Criação de um Prêmio Municipal Anual de Memória da Resistência para artigos, poesias, fotografias, filmes, livros e trabalhos acadêmicos-;

- Introdução no calendário oficial da cidade a Semana da Verdade, com a realização de atividades públicas e escolares atinentes;

-Elaboração de material didático voltado à formação cidadã da juventude osasquense;

- Identificação e transformação em interesse público e social, nos termos da Lei, dos arquivos de pessoas físicas e jurídicas que atestem as violações sofridas pelas vítimas da ditadura;

- Implantação de políticas públicas voltadas à difusão da trajetória das lutas sociais na cidade;

- Identificação e substituição da denominação de praças, logradouros e monumentos que façam referências aos empresários/empresas colaboradores da Ditadura Civil-Militar pelo nome de cidadãos que lutaram pela democracia no país. Colocação de placas de identificação dos homenageados sob as placas dos logradouros. Colocando sempre placas de identificação que qualifiquem os seus nomes;

- Proceder a identificação de locais que ainda mantêm práticas de tortura e ações policiais que violem os direitos humanos em Osasco;

- Proposição às autoridades do Município de Itapevi a desapropriação e tombamento do local no qual funcionou o centro clandestino de tortura Casa de Itapevi, vulgo Boate Querosene, com o interesse de criar um memorial sobre as graves violações cometidas ali;

- Proposição ao Congresso Nacional e à Presidência da República de medida de desagravo aos Poderes Legislativo e Executivo osasquenses pela quebra do equilíbrio federativo, bem como às entidades da sociedade civil pelas intervenções ilegais sofridas, como o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, União dos Estudantes de Osasco – UEO, Círculo Estudantil Osasquense – CEO, Igreja Matriz de Santo Antônio – atual Catedral, Paróquia Imaculada Conceição entre outras. Promover desagravo à figura e memória do Padre Católico francês Pierre Wauthier com pedido oficial de desculpas pelas violações de direitos humanos no Brasil;

5. Processo de trabalho da equipe e metodologia utilizada.

O objetivo deste item do Relatório é o de descrever o processo de trabalho da equipe e a metodologia utilizada. O planejamento e a execução da pesquisa resultaram de um processo que compreendeu diferentes etapas e a aplicação das metodologias selecionadas para a pesquisa.

O Projeto de Pesquisa “Empresas e Ditadura: O Caso COBRASMA na Repressão ao Movimento de Trabalhadores em Osasco”, aprovado no Edital CAAF/Unifesp em 2021, foi o ponto inicial de um processo clássico de pesquisa:

-Iniciado a partir da definição de um tema/problema; sequenciado pelas etapas de efetivação do projeto (objetivos, hipóteses e definição de preceitos teóricos e metodológicos); realizado a partir de pesquisa documental, coleta e produção de dados; responsável por análise de dados; resultando em sistematização de informações e hipóteses testadas e comprovadas.

5.1.O objeto da investigação

Na trajetória traçada por nossas ações, partimos da relevância de questões estabelecidas e vinculadas ao tema e objetivos do projeto, que foram:

A. Qual a dimensão da presença da empresa Companhia Brasileira de Material Ferroviário (Cobrasma) e de seus responsáveis em atos de solicitação, planejamento, colaboração e/ou financiamento de ações repressivas realizadas pelas forças públicas e militares contra trabalhadores da empresa, seus familiares e suas instituições sindicais, durante o recorte temporal de 1964-1985?

B. Qual a responsabilidade da empresa e de seus responsáveis na facilitação de prisões ilegais ou arbitrárias, colaboração em tortura de presos, demissões ilegais, monitoramentos ilícitos de atividades sindicais, assim como em perseguição política à trabalhadores?

C. Quais os possíveis vínculos de apoio político/financeiro da empresa com órgãos repressivos da ditadura militar brasileira?

D. Quais os benefícios financeiros praticados entre a Cobrasma, seus responsáveis, empresas privadas diversas e organismos/instituições de Estado no contexto da ditadura militar?

Tendo como norte essas questões - conduzimos os trabalhos organizando uma equipe composta de - 02 coordenadores/pesquisadores principais, 01 pesquisador sênior, 04 pesquisadores auxiliares em nível de mestrado/doutorado e 02 pesquisadores em nível de iniciação científica. Caracterizou-se a pesquisa como uma pesquisa histórico-empresarial responsável duplamente – pela produção de um corpo de dados e informações – e, simultaneamente, por processos analíticos voltados à reconstituição histórica de acontecimentos, assim como pelo restabelecimento de fatos esquecidos e memórias sociais silenciadas ao longo dos anos.

Uma vez demarcados o objeto e objetivos da pesquisa, cabe-nos aqui expor as formas e dinâmicas do trabalho investigativo. Os primeiros passos da pesquisa partiram da revisão bibliográfica e, sequencialmente evoluíram para uma intensa pesquisa em fontes documentais de ordem primária (documentos institucionais e organizacionais); secundária (imprensa, outros); fontes orais (entrevistas coletadas em acervos diversos e entrevistas construídas pela equipe a partir da História Oral).

Resultou desta trajetória um sequencial de ações:

Revisões Bibliográficas permanentes

Pesquisa de fontes primária em arquivos e acervos históricos

Pesquisa de fontes secundárias em hemerotecas e acervos históricos

Coleta de entrevistas públicas sobre o tema

Produção de entrevistas pelo método da História Oral

5.2 Preceitos teórico-conceituais da investigação

Como desafio em pesquisas histórico-institucionais e/ou em pesquisas que envolvem a história empresarial, a história das organizações e a história do trabalho - confrontamos discursos, versões e memórias que se contradizem - na medida em que, organizações empresariais de grande porte, como, por exemplo, a Volkswagen e/ou a Cobrasma, produzem socialmente memórias e versões históricas acerca de eventos do passado voltadas a beneficiar a imagem e a reputação empresarial. Assim como, organizações sindicais e de trabalhadores, do mesmo modo, podem elaborar discursos uníssonos acerca de suas experiências¹².

Deste modo, consideramos uma certa tensão entre a historiografia acadêmica e seus compromissos científicos e a história empresarial/de organizações, que, segundo Mendes, ratificam a necessidade explicativa dos percursos de organizações e seus agentes, a partir de uma investigação crítica que articule a vida das empresas/organizações à história política e social do país¹³. Optamos por adotar neste trabalho os pressupostos teóricos da atual historiografia brasileira em seus esforços reveladores da dinâmica das organizações empresariais e suas inter-relações com o Estado e com governos específicos – colocando em voga – as relações entre o empresariado nacional e a ditadura empresarial-militar instalada em 1964¹⁴. No tema – empresas e ditadura – figurou-nos claramente a necessidade em confrontar um passado pretendido da história da empresa com a história política do Brasil, que já explicitou os vínculos estabelecidos entre o empresariado nacional e os militares na concepção, planejamento, financiamento, apoio e atuação de aparatos de repressão social e política.¹⁵

Nesta linha de raciocínio, articulamos também, nossa investigação (sobre ações do complexo empresarial-militar brasileiro) à linha teórico-conceitual da história social do trabalho, destacando suas interfaces com os temas da experiência social dos sujeitos do trabalho, sua identidade e memória social. Destacamos, ainda, os preceitos do direito à memória, verdade e justiça, presentes nos construtos da justiça de transição e direito à reparação que nos nortearam na pesquisa.

No que tange à história social do trabalho, desde E.Hobsbawm e E.P. Thompson, disseminaram-se estudos sobre o mundo do trabalho na perspectiva de uma história das experiências vividas por pessoas comuns, enfatizando suas organizações políticas, ideias

¹² KISIL MARINO, I. História sob encomenda: comentários sobre a historiografia empresarial sob contrato no Brasil. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 14, n. 37, p. 171–200, 2022. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1806>. Acesso em: 9 fev. 2023.

¹³MENDES, José Amado. História Empresarial: da monografia apologética ao instrumento de gestão estratégica. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 279-296, 2010.

¹⁴ No Brasil, segundo Pedro Campos, amplia-se a produção historiográfica acerca do tema Empresas e Ditadura, reitera-se o fato de que René Armand Dreifuss inaugurou esse campo de estudos, e que, a ele seguiu-se uma produção de fôlego como a de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Maria Antonieta Leopoldi, até os dias atuais. Ver detalhes em CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia*. **Sillogés**, v. 3, n. 1, p. 15-42, 2020. Disponível em: <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/103>

¹⁵ DREYFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

enraizadas no cotidiano e práticas socioculturais. Deste “lugar” - nos fundamentos científicos de uma “história vista a partir de baixo” - abre-se a perspectiva do estudo de um campo popular e sua experiência política, que informa nossa primeira **hipótese conceitual**, a de que:

A história social do trabalho pode nos conduzir ao encontro de chaves teóricas para a compreensão da história dos agentes sociais e políticos que viveram o impacto da violência da repressão - no trabalho, na vida social e no território - e, que, como força política que ocupou lugar no interior das fábricas, tem o poder de testemunhar a repressão imprimindo demandas, ainda não realizadas ao processo democrático por uma transição incompleta.

Propomos a intersecção da pesquisa em história social do trabalho com as categorias conceituais da memória, verdade e reparação - almejando a recomposição de violações de direitos, através da coleta e análise de provas documentais, assim como pelo compartilhamento de narrativas (metodologia da história oral) que permitam a reflexão crítica sobre o passado que precisa ser abordado sob desígnios democráticos. A ênfase foi estabelecida a partir da justiça de transição e busca da responsabilização de agentes empresariais pelos crimes cometidos durante a ditadura no Brasil.

Direcionamos a pesquisa histórica a uma ação pública (adotando preceitos da História Pública)¹⁶, em que, cada vez mais, os resultados da investigação científica de historiadores e pesquisadores das ciências sociais tenham propriedade informativa e de construção da verdade em processos transicionais. Como agentes sociais e produtores de fontes documentais, análises científicas, assim como promotores da memória social. Neste trabalho tivemos consciência de poder contribuir com a restituição de eventos e fatos necessários para a visibilização de mecanismos da repressão política brasileira – 1964/1985 - junto à população civil e ao mundo do trabalho e que envolveu o governo militar e o empresariado nacional. Nosso processo de pesquisa promoveu a escuta pública; a investigação documental profunda em fontes primárias, a iniciativa em coleta e preservação documental, o registro, a divulgação e difusão da memória e da verdade sobre as relações empresariais junto ao poder militar na ditadura brasileira.

5.3. Coleta de documentos e a Metodologia de investigação

a) FONTES E TIPOS DE FONTES

¹⁶ A história pública surgiu como um campo de trabalho para historiadores talhados nos escritos de Robert Kelley, um historiador estadunidense responsável pela criação do primeiro programa de história pública de que se tem notícia, na Universidade da Califórnia, Santa Barbara, em 1976. Nesta esteira surgiram, atualmente, as proposições da história pública que superaram preceitos passados da publicização da história ao público não acadêmico e passou a definir objetivos para a produção da história com o público, atendendo as demandas do espaço público, produzir políticas públicas, produzir história com o seu público. SANTHIAGO, Ricardo. "A História Pública é a Institucionalização de um Espírito que Muitos Historiadores Têm Tido, Por Milhares De Anos" - Uma Entrevista com David King Dunaway Sobre História Oral, História Pública e o Passado Nas Mídias. Revista TransVersos, [S.l.], v. 7, n. 7, p. 203-222, set. 2016. ISSN 2179-7528. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/25607/18405>>. Acesso em: 22 set. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/transversos.2016.25607>.

As fontes e os tipos de fontes coletadas e consideradas neste relatório são assim classificados:

Fontes primárias: documentos textuais de caráter oficial como dossiês institucionais/organizacionais, correspondências institucionais, relatórios governamentais/institucionais, processos administrativos, inquéritos policiais, processos judiciais, processos de anistia política, dentre outros.

Fontes secundárias: documentos textuais indiretos produzidos após interpretação de organismos como por exemplo jornais, revistas, periódicos, etc.

Fontes Oraís: fontes produzidas pelo testemunho oral - via história oral , assim como entrevistas públicas e depoimentos gravados em contextos múltiplos.

b) ARQUIVOS E ACERVOS DOCUMENTAIS PESQUISADOS

-Arquivo Estadual do Estado de São Paulo. Acervo das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social de São Paulo (Acervo DEOPS)

-Arquivos da Justiça Militar da União (JMU)

-Arquivo Nacional

-Acervo do Banco de Dados Memórias Reveladas

-Arquivo Metropolitano da Cúria de São Paulo

-Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp)

-Centro de Documentação Casimiro Reis (CEDIC/PUC). Fundo Centro de Defesa dos Direitos Humanos em Osasco

-Centro de Documentação e Memória da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (CEDEM-UNESP)

-Centro de Documentação (CEDOC) do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região

-Acervo do Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP)

-Arquivo do Ministério do Trabalho e Emprego

-Arquivo da Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania

c) METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL E ENTREVISTAS

A História Oral (HO) se constituiu como um referencial teórico-metodológico desta pesquisa. Nossa opção pela HO decorreu de princípios e preceitos fundantes do método, quais sejam – o registro das vozes de sujeitos excluídos e/ou subsumidos pela história oficial,

assim como, o reconhecimento do papel central da memória coletiva no estabelecimento de narrativas acerca do passado comum.¹⁷

Nossa pretensão com a produção de entrevistas em história oral foi a de utilizar essa metodologia como ferramenta propícia em revelar a história e a memória – trazendo aos dados e informações produzidas – elementos de verdade factual vivenciados por indivíduos – assim como, memórias coletivas e percepções subjetivas resultantes das experiências vividas no contexto da vida social em Osasco e do trabalho na Cobrasma, entre os anos de 1964/1985. Tomamos as fontes orais como material empírico de acesso às experiências políticas, sociais e culturais – reconhecendo a complexidade e o dinamismo da construção das memórias individuais e coletivas, principalmente naquilo que relaciona a memória aos usos do passado¹⁸. Essa opção pela HO advém do potencial epistemológico da metodologia que enfatiza (além da escuta e da valorização de sujeitos silenciados) a importância e o significado da oralidade na expressão de sujeitos das classes populares, sua identidade cultural e experiências sociais.

Desta forma, como questão teórico-metodológica: reconhecemos na história oral um potencial epistêmico “*El potencial epistemológico de la historia oral*”, termo elaborado por Silvia Rivera Cusicanqui (1987)¹⁹ - que define a HO como um tipo específico de história – baseada na oralidade, e, comprometida com cânones de um conhecimento decolonial, que reconhece as potencialidades de múltiplas culturas (subsumidas pela episteme colonizadora ou pela razão indolente). A possibilidade de escutar e registrar essas culturas (as culturas populares, indígenas e ancestrais) demanda o reconhecimento de seus preceitos fundantes - informados pela palavra (oralidade), pela experiência e pela memória social - não necessariamente registrados em documentos escritos e usualmente não-reconhecidos oficialmente por estruturas institucionais.

Na produção das entrevistas deste projeto respeitamos o protocolo de ação informado pelo método da história oral, que elege três procedimentos essenciais: a questão ética, critérios na formação da rede de entrevistados e a observação de metodologia padronizada na condução da entrevista em si. Enumeramos conjuntos tipificados de entrevistas de acordo com os interesses do tema de nossa investigação: trabalhadores da Cobrasma e Braseixos no período delimitado pela pesquisa; trabalhadores pertencentes ao movimento sindical e/ou organizações atuam/atuaram nestas atividades no período relativo à pesquisa; familiares de trabalhadores e/ou sindicalistas da Cobrasma e Braseixos; por fim, entidades associativas, sindicatos e movimentos sociais representantes da sociedade civil em geral, envolvidas em eventos como a Greve de 1968 em Osasco.

Após a tipificação executamos 10 entrevistas utilizando da metodologia “bola de neve” que, iniciada com um primeiro entrevistado-chave, desdobra-se em um conjunto de outros

¹⁷ THOMPSON, Paul. A voz do passado – História Oral. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

¹⁸ RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado - Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Unb, 2007.

¹⁹ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. El Potencial Epistemológico de la Historia Oral: de la Lógica instrumental a la descolonización de la Historia. In Teoria Crítica dos Direitos Humanos no Século XXI. Org. Alejandro Rosilo Martinez. Rio Grande do Sul, EDIPUCRS, 2008

entrevistados a partir de indicações/sugestões e informações do entrevistado inicial. As entrevistas seguiram um roteiro semiestruturado previamente elaborado, composto geralmente por questões abertas que permitem uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado. Na elaboração e adequação do roteiro de entrevista consideramos a experiência do entrevistado e informações prévias sobre o tema.

No que diz respeito ao conteúdo, as entrevistas abordaram: as experiências de trabalho do entrevistado; levantamento de casos de violação dos direitos; rotina de trabalho na fábrica; envolvimento sindical; casos de abuso/violência policial, protocolos de ações da empresa relativos aos trabalhadores; greve de 1968 e greve de 1978; vida dos familiares envolvidos.

As entrevistas foram gravadas em audiovisual e editadas para que seja ampliado o poder de registro e captação de elementos de comunicação de extrema importância, pausas de reflexão, dúvidas ou entonação da voz, aprimorando a compreensão da narrativa e as possibilidades da produção científica e acadêmica – indo do texto escrito à produção de um banco de entrevistas em história oral. Esta metodologia demanda, antes da gravação, todo um trabalho prévio técnico de domínio da tecnologia audiovisual - sugerindo um trabalho em tecnologia social da memória - que tem apresentado potencialidades de produção em memória social voltada à justiça de transição e seus preceitos de direito à memória e à verdade.

EQUIPE DE PESQUISA

Murilo Leal Pereira Neto - coordenador e pesquisador sênior

Claudia Moraes de Souza - coordenadora e pesquisadora sênior

Antonio Carlos Casulari Roxo da Motta - pesquisador sênior

Fernando Sarti Ferreira - pesquisador auxiliar

Gabriela Gonzales Furia – pesquisadora auxiliar

Renata Cotrim – pesquisadora auxiliar.

Paula Ribeiro Salles - pesquisadora auxiliar

Sofia Ellen Moreira Marques - pesquisadora de iniciação científica

Isadora Costa Antonioli - pesquisadora de iniciação científica